

Transporte

São Caetano do Sul restringirá gratuidade de ônibus municipal a moradores da cidade

Prefeitura admite que programa teve 'mau dimensionamento'; gestão previa alta de 50% das viagens, mas elas cresceram 300%

JULIANO GALISI

A prefeitura de São Caetano do Sul, no ABC, vai restringir a gratuidade nos ônibus municipais a usuários que comprovem morar na cidade. A decisão foi tomada em meio a reclamações de superlotação dos ônibus. A própria prefeitura admite "mau dimensionamento" do programa Tarifa Zero.

Os cálculos da gestão municipal apontam que, antes do início do programa, em novembro de 2023, eram realizadas 20 mil viagens diárias. Com a gratuidade, esse número saltou para 80 mil. O aumento de 300% ficou muito acima do projetado. Procurada, a prefeitura informou que a restrição no programa é uma "tentativa de qualificar" o serviço. "Estudos da gestão municipal à época da implementação indicavam que, com a gratuidade, havia possibilidade de aumento de até 50% do número de passageiros", afirmou.

São Caetano do Sul foi a terceira cidade da Grande São Paulo a instituir tarifa zero nos ônibus municipais. A primeira foi Vargem Grande Paulista, em 2019. Um ano depois, foi a vez de Pirapora do Bom Jesus. A cidade no ABC possui uma área territorial de 15 km² e 165 mil habitantes, segundo o Censo do IBGE. A cidade tem, por ora, o maior programa de tarifa zero do Estado.

No Brasil, o município de maior porte a adotar o modelo



São Caetano do Sul foi a 3ª cidade da Grande SP a ter programa de gratuidade nos ônibus, em 2023

é Teresina, capital do Piauí, onde há gratuidade nos ramais de metrô e VLT. De olho na campanha à reeleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva avaliou a adoção de um modelo nacional, mas a fonte do financiamento é um entrave.

Catraca liberada
Antes de a prefeitura restringir o acesso, fará um cadastro dos moradores, o SancaGov

Parte dos especialistas vê na política de tarifa zero uma estratégia de inclusão social, com mais acesso a serviços de saúde, educação, lazer e esporte. Outros apontam uso ineficiente de dinheiro público, já que há gasto expressivo em uma medida que não beneficia

só os que mais precisam. Hoje, para usar ônibus de graça em São Caetano, não é preciso portar comprovante de residência no município. A catraca está liberada para todos. Antes de a prefeitura restringir o acesso, fará um cadastro dos moradores, o SancaGov, que está agora na primeira de quatro fases previstas. Com o fim desta etapa, as catracas serão liberadas por reconhecimento facial.

GASTOS. Números do orçamento apontam que São Caetano reduziu o custo do programa antes de decidir restringir. Em 2024, a prefeitura gastou R\$ 41,8 milhões com a manutenção do Tarifa Zero. No ano seguinte, o gasto foi de R\$ 38,4 milhões - 9% a menos. O custo diminuiu ao mesmo tempo que a demanda e as re-

Viagens no município

66,9% dos passageiros em 2024 moravam em São Caetano

55,6% deles tinham como destino outro local da cidade

10,3% iam para outro município

ceitas aumentaram.

Segundo a lei que instituiu o programa, a gratuidade nos ônibus é custeada por recursos decorrentes de multas de trânsito, além de outras receitas, como publicidade nos veículos e vendas de créditos de carbono. Em 2024, o poder público arrecadou R\$ 46,2 mi-

lhões com essas fontes. Em 2025, foram R\$ 55,6 milhões.

Relatórios da Viação Padre Eustáquio, concessionária de transporte da cidade, mostram que, em 2024, de todos os passageiros, 66,9% eram de São Caetano. Deles, 56,6% embarcavam com destino a outro local da cidade, enquanto 10,3% iam para outro município, como São Paulo, Santo André ou São Bernardo do Campo.

Para Daniel Santini, doutorando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo (USP), a restrição da gratuidade ignora as dinâmicas da Grande São Paulo. "São Caetano é totalmente conurbada com cidades vizinhas. Há uma integração social, econômica e humana muito intensa na região. As relações econômicas não seguem as fronteiras desenhadas no mapa. Não faz sentido você tentar restringir o serviço só para quem mora na cidade." Segundo ele, porém, interpretação mais corrente na Justiça é de que municípios podem restringir a gratuidade do transporte a determinados segmentos da população.

CAPITAL. Em São Paulo, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) chegou a pedir em 2022 à São Paulo Transporte (SPTrans) estudos de viabilidade para a isenção da tarifa. Uma das possibilidades foi a ampliação do passe livre para desempregados e beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família. A proposta, porém, não avançou e a gestão optou por instituir a gratuidade nos ônibus só aos domingos. No ano passado, Nunes lançou o programa Mamãe TarifaZero, que concede gratuidade a mães de filhos de até 4 anos matriculados em creche municipal. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Transporte Caderno: A Pagina: 21